



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.11/2003 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2003

Aos onze dias do mês de Junho do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia nove de Junho de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **245.394,36 €**. (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e noventa e quatro euros, trinta e seis cêntimos).-----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar. Nenhum eleito apresentou qualquer assunto, tendo o Presidente passado de imediato ao ponto seguinte.-----

-----2. ORDEM DO DIA -----

O Presidente apresentou então a Ordem do Dia que foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Requerimentos-----

Ponto 2.2 – Rectificação ao Contrato de Urbanização para Execução das Infra-estruturas do Loteamento da Horta do Rossio.-----

Ponto 2.3 – Normas de Aplicação do Programa “Borba Branca Borba Limpa - 2003”-----

Ponto 2.4 – Apresentação da Candidatura da 1.ª Feira das Ervas Alimentares – PORA e LEADER +-----

Ponto 2.5 – Actividades da Câmara-----

Ponto 2.1 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente ao requerimento apresentado, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal, tomou a seguinte deliberação:-----

Processo: 166/03-----

Requerente: **Manuel Francisco Rijo Claréu**-----

Morada: Quinta Lacerda – EN4 – Borba-----

Local: Quinta Lacerda – EN4 – Borba-----

Objecto: Pedido de informação prévia – viabilidade de construção.-----

É pretensão do requerente construir um pavilhão de apoio à agricultura com 100 m², localizado num prédio urbano com 276.50 m² de área coberta e 13.473.50 de área descoberta. De acordo com o Plano Director Municipal em plena eficácia, a pretensão localiza-se em Áreas Agro-Florestais. Segundo o artigo 48º do regulamento, estas áreas são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvopastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção é 0.05, excepto para construções industriais que é de 0.01, sendo a área máxima de pavimentos 750 m², aplicando-se da seguinte forma:-----

- O prédio tem 13750 m², como a construção a erigir se destina a apoiar a agricultura, aplica-se o índice 0.05, do qual resulta uma área máxima de construção de 687.50 m², retirando 276.50 m² da área já construída, a área máxima de construção permitida é de 411.00 m².-----

Acrescenta-se que de acordo com a alínea c) do artigo 5.º do Decreto-lei n.º13/94, a construção a erigir deve cumprir o afastamento de 20m ao eixo da via da EN 4, correspondente à faixa “non aedificandi”.-----

Conclui-se que o requerente poderá construir um casão agrícola com 100m² de área de construção, pelo que, foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido de viabilidade, condicionado ao cumprimento do atrás exposto, e, condicionado também à não abertura de mais acessos além do existente.-----

Ponto 2.2 – RECTIFICAÇÃO AO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA HORTA DO ROSSIO

Previamente distribuída por todo o executivo está presente a proposta de rectificação ao Contrato de Urbanização para a execução das infra-estruturas do Loteamento da Horta do Rossio.-----

A referida rectificação reporta-se ao à cláusula 2ª, que ficará com a seguinte redacção:-----

Dois – Em contrapartida pela realização das obras referidas na clausula anterior e pela não cedência de área para equipamentos e espaços verdes, a segunda outorgante transmitirá a favor do Município de Borba 7 lotes de terreno identificados na planta síntese do referido loteamento com os n.º 10, 11, 12, 16, 23, 24 e 25, o qual faz parte integrante do presente contrato, e ao qual atribuem o valor unitário de 16.037,24€, no montante global de 112.260,66€. -----

§ único: as partes atribuem o valor de 25.672,52 € à cedência de área para equipamentos e espaços verdes e de 86.588,14 € pela realização das referidas infraestruturas, no valor total de 112.260,66 € (cento e doze mil, duzentos e sessenta euros, e sessenta e seis cêntimos).-----

Assim, a Câmara Municipal tomou conhecimento da rectificação do erro material constante da cláusula segunda do Contrato de Urbanização para a Execução das Infraestruturas do Loteamento da Horta do Rossio, e **deliberou por unanimidade**, aceitar os lotes n.º 10, 11, 12, 16, 23, 24 e 25, com o valor unitário de 16.037,24€, no montante global de 112.260,66€, como dação em pagamento das obras de urbanização identificadas na cláusula Um do contrato de urbanização e pela não cedência de áreas para equipamentos e espaços verdes, conferindo poderes ao Sr. Presidente para representar o Município na respectiva escritura.-----

Ponto 2.3 – NORMAS DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA “BORBA LIMPA BORBA BRANCA – 2003”

Previamente distribuídas por todo o executivo estão presentes as Normas de aplicação do Programa “Borba Limpa Borba Branca – 2003”, cuja aprovação se propõe.-----

Depois de analisado o documento acima referido, o vereador Joaquim Serra referiu que, na sua opinião, está na altura de melhorar as Normas de aplicação ao Programa. Considera que deveria ser ligado também com os outros instrumentos de planeamento. Está inteiramente de acordo que ele

abranja todo o concelho, isto é: todo o concelho é Borba, todos os moradores que pertencem ao concelho de Borba devem ter a possibilidade de apresentar candidaturas. Contudo, o tratamento a dar a todos os casos não é fácil. Assim exemplificou: “Em Rio Moinhos, muitas das moradias são muradas à frente e a casa é recuada, e, aqui o que é alvo da candidatura – é o muro que confina com o arruamento ou é o muro mais a casa, questionou-se o vereador”. Entende que esta questão deveria ser esclarecida, tendo em conta que pode trazer valores muito elevados, e muitas vezes as casas não têm o mesmo reflexo que têm na própria vila – que são casas em banda contínua, porque uma casa recuada não pode tem o mesmo tratamento de uma casa que está construída à face dos arruamentos.-----

Outra questão que considera ainda relevante, para estas normas, prende-se com uma coisa que não havia na altura, quando o Programa deu os primeiros passos, mas, que hoje é bem patente, isto é: o tempo de duração dos trabalhos. Entende que é preferível investir mais na primeira vez – de forma que fique em condições – para que no ano seguinte não seja pedido o mesmo subsídio, pois não é um trabalho para se repetir todos os anos. E como se sabe existem pessoas se não tiverem este apoio não caíam nem pintam todos os anos. Desta forma, o vereador, sugeriu que fosse criado um prazo (de por exemplo: 3 anos) para que o trabalho fosse feito em condições, podendo até ter algumas melhorias em termos de apoio. Considera ainda importante ligar estas Normas com o trabalho que foi feito pelo GTL, ou seja: existe um conjunto de edifícios, em Borba, que foram propostos para *classificação*, que deveriam ter um tratamento através destas Normas, porque se foi feita a proposta para classificação foi porque se lhe reconheceu interesse, e por isso deveriam ser apoiados. Para estes casos, o vereador, sugeriu: que os edifícios classificados tivessem uma bonificação igual aos 100% independentemente do proprietário, ou seja: as normas não deveriam ser aplicadas só às condições financeiras do proprietário, mas, também às condições arquitectónicas do próprio edifício classificado. Isto seria um incentivo à classificação de mais alguns e de outras questões patrimoniais. Por outro lado, pensa que também deveria ser visto como era tratada a questão das ZEP,s directas destes edifícios, ou seja: um edifício que se encontra na área dos 50 metros tem já sobre si os ónus que lhe vêm da classificação dos edifícios, devendo ter também alguns privilégios e algumas bonificações no seu tratamento. Considera ainda que não deveriam ficar de fora as Associações, Colectividades, Grupos Desportivos, etc, porque também se cria algumas disparidades entre os que estão em instalações que são da Câmara, e que têm uma manutenção cuidada mais ou menos ao longo do tempo feita pela Câmara, e aqueles que estão em instalações próprias e que não têm esses meios para o poderem fazer, e que de acordo com as normas muito dificilmente se enquadram

aqui, ou, porque não têm um proprietário, ou porque o proprietário é a própria Associação, (que não tem salário mínimo) e é muito difícil enquadrar tudo isto. Recomendou então, o vereador Joaquim Serra, que deveria ser aberto, nestas Normas, um artigo que permitisse também um apoio a estes espaços (os que não são da Câmara, como por exemplo: O Grupo Desportivo de Rio de Moinhos, o Sport Clube Borbense e outros edifícios que estão em mãos de Associações que são proprietários.-----

Usou da palavra o Presidente da Câmara referindo parecer-lhe bem estas sugestões apresentadas pelo vereador Joaquim Serra. Contudo, na sua opinião, no que respeita à sugestão relativamente aos edifícios classificados, entende que deve haver um certo cuidado, porque há imóveis que estão para classificação tratando-se de imóveis lucrativos, (o caso do comércio) enquanto que outros não o são. Por isso considera que o melhor é mesmo aprovar estas Normas tal como estão elaboradas, até porque está na altura certa para o fazer, já que as inscrições começam em Junho. Por outro lado, concorda que deverão ser tidas em conta as recomendações apresentadas pelo vereador Joaquim Serra e que deverão ser transmitidas à técnica no sentido de elaborar uma proposta para as Normas a aplicar para o próximo ano.-----

Ainda mais um pormenor que o vereador Joaquim Serra considera relevante, nestas Normas: Quando no ponto 2. Área de Intervenção – se refere: “O concelho todo com excepção das zonas de expansão habitacionais *mais recentes* e edifícios cujas obras tenham decorrido no presente ano”. Considera o vereador que aqui a expressão *mais recente*, não especifica até que ponto uma zona de expansão habitacional é mais recente ou não. Contudo, para esta questão a proposta concreta do vereador é: “aquilo que resultasse de operações de loteamento, que tivesse alvarás de loteamento, não se enquadrasse, e que estas Normas fossem remetidas para as zonas mais antigas da vila e das aldeias.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo não discordar da opinião do vereador Serra, pois, também ele considera que são as zonas mais antigas da vila e aldeias que têm que ser beneficiadas.-----

De seguida o Presidente colocou a proposta enviada a todos os eleitos à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação. Os vereadores eleitos pela CDU recomendaram que as propostas por eles apresentadas sejam trabalhadas para as Normas a aplicar no próximo ano.-----

O referido documento fica anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.--

Ponto 2.4 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DA 1.^a FEIRA DAS ERVAS ALIMENTARES – PORA E LEADER +-

Propõe-se para efeitos de aprovação a apresentação da candidatura da 1.^a Feira das Ervas Alimentares ao PORA cujo valor é de 33.621,59 euros e ao

LEADER + cujo valor é de 8.925,00 euros, perfazendo um total de 42.546,59 euros.-----

A proposta foi colocada à apreciação e discussão, tendo sido perguntado pelo vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, se já existe Programa para a Feira das Ervas Alimentares. Foi respondido pelo vereador do pelouro, Humberto Ratado que o programa está na gráfica. Contudo, pediu ao Gabinete de Informação que imprimisse dois exemplares e facultou-os aos vereadores da CDU.-----

Perguntou ainda, o vereador Joaquim Serra, qual o ponto da situação desta candidatura em termos de PPI e de inscrição em Orçamento. “Entra este ano como despesas correntes”, respondeu o Sr. Presidente. Perguntou o vereador Serra se consta no plano das actividades relevantes. “Consta como actividades promocionais, não aparece exactamente como Feira das Ervas Alimentares”, respondeu o Sr. Presidente. “Tratando-se de uma actividade que tem peso em relação às outras actividades, deveria constar como actividade relevante”, frisou o vereador Joaquim Serra, que considera ter que haver mais cuidado na preparação do Orçamento e PPI, pois, pelo menos nas actividades relevantes deveria constar, porque se assim não for é estar a tirar peso até em termos institucionais à iniciativa. São estas as recomendações que deixa.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado esclarecendo que depois de falar com os técnicos sobre qual a melhor hipótese, concluiu-se que para entrar em PPI tinha que se fazer uma Revisão, por isso, optou-se por entrar por outra rubrica e para o próximo ano inclui-se já em PPI.-----

O Presidente esclareceu também que havia mais pessoas interessadas em apresentar esta candidatura. Entretanto, embora já tarde, a Câmara de Borba agarrou-a, tentando travar outras iniciativas que aparecessem, não pelo facto de travar as iniciativas dos outros, que estão mais viradas para Ervas Medicinais.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que, na sua opinião, considera que o nome de “Feira de Ervas Alimentares”, não seja o mais apropriado, talvez “Festival Gastronómico de Ervas Alimentares” tivesse mais peso.-----

Interveio o Presidente sublinhando que não quiseram enveredar por aí, pois o facto de incluir gastronomia no nome da Feira iria trazer outras implicações.-----

Feita a devida a apreciação, o Presidente colocou a proposta à votação, pelo que foi deliberado, por unanimidade, para efeitos de aprovação apresentar a candidatura da 1.ª Feira das Ervas Alimentares ao PORA cujo valor é de 33.621,59 euros e ao LEADER + cujo valor é de 8.925,00 euros, perfazendo um total de 42.546,59 euros.-----

Ponto 2.5 – ACTIVIDADES DA CÂMARA

Hasta Pública para adjudicação de lotes de terreno nos Loteamentos Habitacionais de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)

Na sequência da hasta pública realizada em 07/06/03, foi efectuada a seguinte adjudicação:-----

Lote nº.33, sito no Loteamento Habitacional da Senhora da Vitória – Barro Branco, destinado a construção urbana – adjudicado ao Sr. Roberto dos Santos Malta da Luz pela importância de **17.550€**.-----

O Senhor Presidente informou sobre as reuniões em que participou, entre a última reunião de Câmara e esta:

. Participou na Acção de Formação/Aperfeiçoamento – Autarquias Locais, que decorreu em Elvas, dias 29 e 30 de Maio. O 1º dia contou com formadores da CCRA e o 2º com formadores do Tribunal de Contas. Informou que ficaram todos sensibilizados pela forma como o Tribunal de Contas abordou o problema, a CCRA nem tanto assim. A Formação vai continuar dia 26 de Junho com formadores da Inspeção-Geral de Finanças e dia 27 com formadores da Inspeção-Geral da Administração do Território.-----

. Reunião com uma empresa que veio mostrar catálogos de casas pré-fabricadas, cujo objectivo é encontrar solução para alojar os ciganos. Esclareceu que terá que ser encontrado um espaço fora do perímetro urbano, e vai ser vista a hipótese de arranjar uma verba em conjunto com o Projecto de Intervenção Comunitária, tal como está previsto.-----

. Reunião com a Companhia de Seguros Mundial Confiança (Ponto Seguro) para tratar dois assuntos: um prende-se com o incêndio que houve na zona da lixeira, e, parece que finalmente está em fase de resolução. O outro assunto está relacionado com o caso de uma Senhora do Barro Branco, que o ano passado, na altura das Festas da Senhora da Vitória, se lesionou quando caiu num buraco, nas obras do loteamento da Senhora da Vitória. Segundo informação da Companhia de Seguros, quando o perito se deslocou ao local para avaliar a situação, o buraco já havia sido arranjado, a senhora disse que caiu noutra. Entretanto a Companhia não tem querido pagar os danos causados pela queda. Contudo o problema está a ser resolvido.-----

. Reunião com a Assessora do Secretário de Estado da Administração Local, na sequência de outra, sobre a Agenda Local 21, em que foram

apresentadas algumas soluções para futuras candidaturas a apresentar – “Life”, “Agris” e a formação ao nível autárquico ao “Foral”. O Assunto está a ser analisado para ver qual é a melhor maneira de tentar equacionar esta questão.-----

. Participou em duas reuniões com a Associação “Monte”. Uma sobre o LEDAER + - reunião de parceria alargada e outra sobre as candidaturas que foram apresentadas pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia no sentido de tentar encontrar uma hierarquia para as candidaturas.-----

. Participou nas Comemorações dos “80 Anos da Casa do Alentejo”, que decorreram, ontem, em Lisboa.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas ao seu pelouro, referindo que não diferem muito em relação à informação que foi dada na sessão da Assembleia Municipal. Assim:-----

. Continuam os trabalhos de melhoramentos nas Piscinas Municipais. Estão a ser feitos todos os esforços para que a sua abertura se realize final deste mês, embora seja um pouco difícil.-----

. Continuam os trabalhos da Ribeira. As condutas de água estão instaladas e vão iniciar-se os trabalhos de pavimentação.-----

. Abertura de mais uma parte de remodelação das águas da Nora.-----

. Continuam os trabalhos na Rua de S. Francisco.-----

. Preparação do espaço para a Feira das Ervas Alimentares.-----

. Participação num Almoço, no âmbito do Passeio Equestre que decorreu na aldeia da Nora. Foi notória a ausência de participantes de Borba, (pessoas com cavalos) sublinhou o vereador.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

. Comemorou-se o Dia Mundial da Criança.-----

. Estão a decorrer as reuniões preparatórias para as Comemorações do 338º Aniversário da Batalha Monte Claros, que se vão realizar dias 15, 16 e 17 de Junho em Borba.-----

. Realizou-se a 1ª Concentração de Mototurística, no passado fim-de-semana.-----

. Apoio no Passeio Equestre que decorreu, na aldeia da Nora.-----

. Participação na Acção de Formação/Aperfeiçoamento – Autarquias Locais, que decorreu em Elvas, dias 29 e 30 de Maio.-----

. O vereador fez ainda referência à seguinte questão: *apoio nas Festas de Santiago Rio de Moinhos*. Referiu-se a um ofício datado de 04/07/01, a informar a Comissão de Festas que o apoio a atribuir para a realização das

mesmas é de 300.000\$00, acrescidos de 360.000\$00 referentes ao apoio não prestado no ano anterior. O referido apoio será atribuído pagando a Câmara Municipal uma factura de fogo de artifício até ao montante acima referido. *“Houve um compromisso que até ao momento não foi colmatado”* comentou o vereador Humberto Ratado. Contudo a Comissão de Festas de Rio e Moinhos continua a reivindicar o pagamento daqueles 2 anos (2000 e 2001). Informou que a actuação da Banda Filarmónica este ano vai ser na ordem dos 1000 €. A Câmara vai também apoiar com a contratação de um espectáculo que anda na ordem dos 2750 Euros. Assim no sentido de honrar o compromisso assumido pelo anterior executivo e que até então não havia sido liquidado, entre o apoio com o espectáculo e parte ou totalidade do valor dos serviços da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba, procura-se liquidar totalmente este compromisso. Informou que das reuniões que teve com a Comissão de Festas, já abordou esta questão e, com muito esforço, este ano o apoio não pode ser mais, contando também com o apoio logístico e alguns materiais necessários. *“Trouxe este assunto à reunião de Câmara, para ficar patente que a esta situação fica resolvida, honrando os compromissos que não foram colmatados em 2000 e 2001”*, rematou o vereador.-----

✓ Ainda neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente apresentou outras questões, nomeadamente:-----

1ª. – uma ficha interna criada pela Câmara sobre “Assuntos apresentados pelos Municípios “. Informou que esta ficha foi distribuída por todas as Juntas de Freguesia e vai ser feita uma Nota de Imprensa para informar todos os municípios. Com o preenchimento desta ficha, as pessoas expõem o assunto e, pensa-se que esta é uma forma de dar a possibilidade a que essas mesmas pessoas, por questões por vezes mais simples, apresentem o seu assunto, para que o mesmo possa ter uma resolução mais rápida, que é encaminhado para os respectivos serviços implicando assim uma resposta e, quando possível, uma resolução imediata.-----

2ª. – desde Janeiro de 2003, com toda a polémica que se levantou em torno da sisa, as Repartições de Finanças são obrigadas a comunicar às autarquias locais, até dia 15 de cada mês, as transações comerciais que houve, em termos de prédios rústicos e urbanos, tendo a Câmara Municipal direito de opção, por um prazo de seis meses a contar da data da escritura. Apresentou uma listagem, que embora não esteja correcta, já assinalou casos mais pontuais, nomeadamente, transações a valores tão baixos que o levou a pensar, fazer uma nota à imprensa, no sentido de sensibilizar as pessoas. Embora a Câmara não tenha qualquer gosto em exercer o direito de preferência, mas é preciso que as pessoas adquiram os prédios, pelo menos, a preços aproximados da

realidade. Seguindo a listagem, o Presidente, exemplificou alguns casos: prédio rústico, com a área 7.250m², adquirido pelo valor de 500,00 €, prédio rústico com a área de 3.500m², adquirido pelo valor de 748,00€, prédio rústico sito ao Alto dos Bacelos, com a área de 6.750m², adquirido pelo valor de 300,00€, e muitos mais.-----

Após ter ouvido a informação dada pelo Presidente da Câmara, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referiu que por todo o país as Câmaras estão a tomar a mesma atitude e o mesmo posicionamento, e têm também saído Notas de Comunicação à Imprensa. Considera que, em relação a tudo aquilo que for escandaloso, a Câmara deveria tomar já posição e deveria fazer reverter para direitos de opção.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado, referindo que não discorda com a opinião do vereador Joaquim Serra. Considera que estando esta situação no início é agora que se deve dar o exemplo, doa a quem doer.-----

O Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, após ter verificado as listagens, sugeriu que deveriam ser eliminadas duas colunas: a dos nomes de quem compra e de quem vende, porque para se tomar uma decisão torna-se mais fácil, não saber de quem se trata, pois, também defende que “tal como a justiça deve ser cega”. Na sua opinião, futuramente poderia haver uma decisão camarária que autorizasse a Câmara em todas as situações em que os valores das transações são normalmente baixos a Câmara exerça o direito de opção. Poderia ser uma deliberação genérica, e depois ser então feita um nota à comunicação social com base nessa mesma deliberação.-----

O vereador Joaquim Serra colocou as seguintes questões:-----

1ª - relativamente à informação que foi dada pelo Presidente sobre a participação na Acção de Formação/Aperfeiçoamento – Autarquias Locais, que decorreu em Elvas, dias 29 e 30 de Maio, perguntou se esta acção era para todos os eleitos ou só para eleitos em regime de tempo inteiro. “Segundo a informação da Câmara de Elvas, era só para eleitos a tempo inteiro” respondeu o Presidente. O vereador Joaquim Serra solicitou ao Presidente que se informasse bem, porque no caso de ser para todos, ele também tinha interesse em participar na segunda fase desta acção que, tal como o Presidente informou, vai decorrer dias 26 e 27 de Junho.-----

2ª - Relativamente às comemorações do 338º Aniversário da Batalha de Montes Claros, perguntou quais são as despesas e participações que a Câmara tem. Respondeu o vereador Humberto Ratado que a Câmara vai ter despesas com o Jantar, com as Coroas de Flores que vão ser colocadas junto à lápide alusiva à Batalha em Orada e junto ao Padrão da Batalha de Montes Claros, e também algumas despesas com transportes, que sejam necessários, do Cevalor para o local do jantar. Haverá ainda despesas com

toda a informação, nomeadamente: panfletos, publicidade na Rádio e no Jornal Terras Brancas. Foi também elaborado um panfleto dando toda a informação sobre o estacionamento proibido e sobre os estacionamentos reservados. O vereador Joaquim Serra pediu que lhe fosse facultada uma listagem com estas despesas.-----

3ª - Relativamente à questão apresentada pelo vereador Humberto sobre o “apoio às Festas de Santiago Rio de Moinhos”, o vereador Joaquim Serra concorda que o assunto seja resolvido, no entanto, considera que deveria ser apresentada uma proposta concreta de atribuição de subsídio extraordinário.-----

Relativamente a este assunto o Presidente concorda que o mesmo seja tratado através de deliberação, para que fique salvaguardado. Contudo, entende que, neste caso concreto não pode ser através de atribuição de subsídio. Entende o vereador Joaquim Serra que poderá ser uma deliberação referindo que se trata de apoio às Festas em Rio de Moinhos e que a Câmara decida contratar os seguintes serviços para participar”.-----

- Na sequência do pedido de esclarecimento apresentado, na última reunião de Câmara, pelo vereador Artur Pombeiro sobre uma factura das Construções Rodrigo emitida em 05/02/2002 sobre um serviço efectuado em 2001, sem requisição, o vereador Artur comunicou, hoje, que afinal a factura não teve requisição.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por onze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----